

OPINIÃO

Um colossal sacrifício



DOMINGUES DE AZEVEDO

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Duas semanas após o vago anúncio oficial do imposto extraordinário a aplicar sobre o subsídio de Natal de boa parte dos portugueses, o ministro das Finanças convocou os jornalistas para revelar ao País as linhas orientadoras de mais um sacrifício coletivo.

Do ponto de vista político o novo imposto foi “vendido” como imprescindível para o esforço de consolidação orçamental e para o cumprimento dos objetivos assumidos com a troika.

Na perspetiva fiscal, a falta de estratégia continua a ser evidente, a não ser que a receita proveniente dos impostos sobre os contribuintes vai continuar a prevalecer sobre qualquer outra ótica em matéria de política orçamental.

O “anel” tributário continua a ser o único ao qual se pode recorrer, numa altura em que os outros adornos existentes nos dedos já voaram para parte incerta, sem certeza que algum dia possam regressar a porto seguro.

Recordo-me que em diversos artigos que escrevi ao longo dos últimos anos neste e noutros espaços de ter afirmado que Portugal não era dos países onde a carga fiscal era mais intensa, podendo eventualmente questionar-se a qualidade dos serviços do Estado que recebíamos em troca, nomeadamente no domínio da Saúde e Educação.

Os últimos três anos invertem por completo este cenário. O peso da carga fiscal agravou-se de forma considerável. O novo imposto anunciado pelo governo cava ainda de forma mais profunda as desigualdades sociais e serve de exclusivo meio de financiamento do Estado à custa dos contribuintes. Argumentar que este novo fardo garante a justiça social ou fiscal representa alguma incongruência na ação.

Portugal não cessa de culti-

var o reforço das assimetrias de toda a ordem. Chegámos a uma situação dramática em que são cada vez menos os que estão em condições de pagar e aumentam os que dependem das prestações sociais que um dia destes até podem nem chegar para todos. A classe média definha, as empresas “fazem das tripas coração” e a economia perde o pouco músculo que ainda ostentava.

Fazendo um cálculo aproximado, serão cerca de 500 mil os portugueses que “sustentam” dois terços das receitas fiscais e desta feita também serão eles (os mesmo de sempre) a arcar com as consequências.

Para agravar a desconfiança sobre a despesa nem uma palavra ou medida emblemática e sólida foi anunciada (até agora) para “aconchegar” psicologicamente um povo constantemente castigado pelos sacrifícios.

Acabar com os ultrapassados governos civis e poupar energia com a abolição da gravata são medidas apenas simbólicas e que representam somente migalhas perante o colossal “monstro” despesista em que se converteu a máquina do Estado em Portugal. ■

(*) Este artigo foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico

“Nem uma palavra ou medida emblemática e sólida foi anunciada (até agora) para “aconchegar” psicologicamente um povo constantemente castigado pelos sacrifícios”.